

Revista de Antropologia

SUMÁRIO

LUX VIDAL: O I Encontro Tupi — uma apresentação	1	ETIENNE SAMAIN: Reflexões críticas sobre o tratamento dos mitos..	233
EDUARDO B. V. DE CASTRO: Bi- bliografia etnológica básica tu- pi-guarani	7	ETIENNE SAMAIN: A vontade de ser: notas sobre os índios Urubu- Kaapor e sua mitologia	245
ROQUE DE BARROS LARAIA: Uma etno-história Tupi	25	ENI P. ORLANDI: Mito e discurso: observações ao pé da página..	263
ARYON D. RODRIGUES: Relações internas na família lingüística tupi-guarani	33	MIGUEL MENÉNDEZ: Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira	271
EDUARDO B. V. DE CASTRO: Os deuses canibais	55	ANDRÉ A. DE TORAL: Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro..	287
REGINA A. POLO MÜLLER: Asurini do Xingu	91	EXPEDITO ARNAUD: O direito in- dígena e a ocupação territorial — o caso dos índios Tembé do alto Guamá (Pará)	327
LUCIA M. M. DE ANDRADE: Xa- manismo e cosmologia Asurini.	115	EDSON SOARES DINIZ: Os Teneteha- ra-Guajajara — convívio e con- taminação	343
ELIZABETH T. LINS: Música e xa- manismo entre os Kayabi do Parque do Xingu	127	BERTA G. RIBEIRO: Tecelãs tupi do Xingu	355
RAFAEL J. DE M. BASTOS: O “pa- yemeramaraka” Kamayurá — uma contribuição à etnografia do xamanismo do alto Xingu..	139	EDUARDO B. V. de CASTRO: Pro- posta para um II Encontro Tupi	403
DOMINIQUE GALLOIS: O pajé waiãpi e seus espelhos	179		
LUX VIDAL: Os Parakanã	197	COMUNICAÇÕES	409
BETTY MINDLIN: Os Surui da Ron- dônia: entre a floresta e a colheita	203	NOTICIÁRIO	439
CARMEN JUNQUEIRA: Os Cinta Lar- ga	213	IN MEMORIAM	445
		BIBLIOGRAFIA	453

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MITO E DISCURSO: OBSERVAÇÕES AO PÉ DA PÁGINA *

Eni Pulcinelli Orlandi

(Depto. de Linguística, UNICAMP)

Colocar o estudo do mito na perspectiva da Análise de Discurso pode ser bastante produtivo. Penso mesmo, que, para a Análise de Discurso, este é um desafio metodológico que pode ser muito revelador dos avanços e dos limites disso que se pretende considerar como uma forma de conhecimento da linguagem e, por extensão, do homem.

No entanto, ou justamente por isso, creio que é uma aproximação que não pode deixar de ser feita sem cuidados.

Antes de tudo, porque se trata de uma reflexão que se fará, necessariamente, de forma transcultural e a Análise de Discurso traz as marcas de uma metodologia cuja origem se liga a uma forma específica de sociedade. Essa forma é passível de caracterização por conceitos como: posição de classe, formação discursiva, formação ideológica, lugar social do locutor, noção (dialética) de sujeito etc. Enfim, o quadro teórico da

(*) — Essas considerações não resultam de um trabalho preparado para o Encontro, mas foram elaboradas a partir das observações que fizemos, no debate, ao trabalho de Etienne Samain, "Reflexões críticas sobre o tratamento dos mitos".

Análise de Discurso tem suas condições de produção comprometidas com um certo tipo de sociedade. E a própria concepção de linguagem, a própria noção de discurso tem sido explorada (e definida) nessa direção.

O risco, como diz Clastres (1978), é “se exercer nosso discurso científico sobre as outras culturas”, o que retrata o nosso necessário etnocentrismo.

Nem por isso acredito que se deva restringir a Análise de Discurso à produção verbal de um só tipo de sociedade. Longe disso. Acho mesmo que é justamente nos riscos, nas tensões, na procura de se alargar os limites, que podem acontecer as descobertas mais fecundas. Com a condição de se levar em conta o que já foi, de: forma sistemática, adquirido na Análise de Discurso, e procurar determinar, com certa cautela, os domínios distintos, tendo controle sobre a transferência de técnicas, de operações e de conceitos.

O conceito de *discurso*, que acredito o mais fecundo para a análise, é o que desloca a noção de linguagem enquanto *informação* e propõe que se considere o discurso como efeito de sentidos entre locutores. Situa-se, assim, esse conceito, entre o de *língua* — que é geral, abstrato — e o de *fala* — que embora seja concreto, é individual. O discurso se coloca, então, como um lugar *particular* entre língua e fala: é o lugar do social, histórico e não-abstrato.

Dessa maneira, podemos considerar a produção lingüística (trabalho) na sua relação com a produção social em geral. E isso se faz porque a noção de discurso implica a relação da linguagem com a *exterioridade* (os falantes, a situação, o referente), exterioridade essa que constitui o que chamamos *condições de produção do discurso*.

Assim, podemos dizer que o laço que liga as significações de um discurso às suas condições de produção não é secundário mas *constitutivo* mesmo das suas significações (Cf. Haroche, et alli, 1971).

Em geral, pode-se dizer isso de forma simplificada, dizendo-se que o discurso tem relação com o seu contexto.

Essa noção, a de contexto, por sua vez, também deve ser esclarecida. Há vários tipos de contexto que são constitutivos da significação:

1. *Contexto lingüístico* (ou co-texto): relação de um elemento lingüístico (palavra, sintagma, frase etc) com os outros.
2. *Contexto textual*: relação de elementos que definem a estrutura do texto, suas grandes partes, sua unidade.

3. Contexto de situação:

- a. no sentido estrito, é contexto *de enunciação*: são as circunstâncias imediatas da interlocução.
- b. no sentido amplo, é o contexto *sócio-histórico, cultural, ideológico*.

Há diferentes tendências, na Análise de Discurso, que se definem em relação às diferentes espécies de contexto que privilegiam.

De minha parte, acredito que a Análise de Discurso mais consequente e mais explicativa — no sentido crítico — é a que considera *inpequenas doentes*, a culpa sempre recaía sobre os pais, sendo o *mamaé clusive* o contexto no sentido amplo, ou seja, o sócio-histórico ou ideológico, sem deixar de lado as outras espécies de contexto.

Então, quando, na Análise de Discurso, se fala das condições de produção, está-se falando dos interlocutores, da situação e do referente do discurso ou, mais simplesmente, do seu contexto-de-situação¹.

Segundo Pêcheux (1969), o que conta no discurso, em relação ao seu contexto, não são os falantes como tais mas as imagens de seus lugares, ou seja, são as *formações imaginárias* que presidem o discurso. Há regras de projeção que estabelecem as relações entre as *situações* (sociológica e objetivamente definíveis) e as *posições*, que são as representações dessas situações no discurso. Por exemplo, a imagem que se faz do lugar social do antropólogo, ou a imagem que se faz do lugar do patrão etc.

Essas *formações imaginárias* levam em conta: a relação de *forças* (relação entre os lugares sociais dos interlocutores), a relação de *sentidos* (a intertextualidade, ou seja, a relação entre um discurso e os outros) e a *antecipação* (a forma como o locutor se representa e as representações do seu interlocutor).

A antecipação é responsável pela estratégia do discurso, isto é, pela regulamentação das respostas, pela argumentação etc.

A relação de sentidos — o fato de que há relação necessária entre os vários discursos — leva-nos a estabelecer certas distinções. Considere-se, assim, que, *de direito*, não se pode falar em um discurso, mas em um estado do *processo discursivo*, já que, de direito, o discurso não tem um começo, pois se estabelece sobre um outro (ou outros) que é sua matéria prima, e aponta para outro (ou outros) que é seu futuro discursivo. O que temos, então, é um continuum.

Do ponto de vista teórico, isto nos leva a descentralizar a noção de sujeito: o sujeito do discurso não é um sujeito em si, mas um sujeito

constituído socialmente e, portanto, presa da contradição que o constitui. Daí se poder dizer que ele produz linguagem ao mesmo tempo em que é produzido por ela. Aí se coloca toda a questão da identidade/alteridade e o que Pêcheux (1975) chama de “ilusão discursiva” do sujeito.

Do ponto de vista operacional, o fato de que não se tem um discurso mas um processo discursivo, um *continuum*, levou-nos a distinguir entre discurso e texto: o discurso é conceito de nível teórico, metodológico e o texto é sua contrapartida no nível analítico. Ou seja, o texto é a unidade complexa de significação — consideradas as condições de sua realização — que é a unidade da análise.

Como, nessa perspectiva, há uma relação necessária entre texto e discurso, as propriedades que constituem o texto são aquelas que definem o discurso. Por exemplo, ao analisarmos um texto, na perspectiva da Análise de Discurso, podemos dizer que é um *texto* típico do *discurso* da pequena burguesia, ou é um texto típico do discurso da alta burguesia, ou é um texto típico do discurso feminista etc.

O texto é o que Voloshinov (1976) chama de “enunciado como entidade total”, o enunciado completo que, na linguística imanente, fica a cargo da retórica e da poética. A Análise de Discurso acolhe essa unidade e a detém, então, como unidade pragmática (escrita ou oral) que se constitui na interlocução, no processo de interação. Não importa a extensão dessa unidade — pode ser uma palavra, um sintagma, uma frase, um conjunto de frases — o que importa é que ela funcione como uma unidade de significação em relação à situação.

Indo mais além, podemos dizer que todo texto faz parte de uma ou mais *formações discursivas* interligadas que, por sua vez, fazem parte de uma *formação ideológica*.

A formação discursiva é a que estabelece o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma certa conjuntura; a formação ideológica é um conjunto complexo de atitudes e representações, que não são nem universais nem individuais, mas derivam mais ou menos diretamente de posições de classe em conflito umas com as outras (Cl. Haroche, 1971).

A relação entre a formação discursiva e a ideológica determina o processo de significação de tal forma que, ao passarmos de uma para outra formação discursiva, mudamos o sentido de uma palavra. Por exemplo: a palavra “necessidade” tem sentidos diferentes na formação discursiva do patrão e na do empregado; a palavra “nação” também varia em sentido se a referimos à formação discursiva do índio ou do “ocidental” etc. Isso se dá porque, ao passarmos de uma formação discursiva para outra, alteramos sua relação com a formação ideológica.

Resta, ainda, lembrar coisa a respeito da noção de *tipo*. Essa noção é importante para a Análise de Discurso, pois é um princípio de sistematização, isto é, tem uma função metodológica fundamental: permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades, se distingam classes. Segundo Maingueneau (1976), "a análise de discurso tem por especificidade procurar construir modelos de discurso articulando esses modelos sobre condições de produção". Segundo essa mesma autora, o número de "*corpus*" é infinito mas os tipos de discurso analisáveis não o são. Trata-se, assim, da própria possibilidade da análise.

Por outro lado, não há dizer que não seja configurado, ou seja, é possível sempre se remeter um discurso a um tipo. Daí, segundo o que penso, a tarefa do analista é, em grande parte, a de explicitar o tipo de discurso que constitui o seu material de análise.

Como há várias espécies de tipologias² — narração, descrição, dissertação; discurso político, jurídico, religioso etc; discurso científico, teórico, poético etc — o analista de discurso adotará aquela que for mais adequada para: *a.* o objetivo da análise que se propõe; *b.* a natureza do(s) texto(s) que analisa.

Outro aspecto, ainda, relativo aos tipos de discurso é o de que se podem distinguir os tipos de discurso segundo a relação mais ou menos estreita com as condições de produção. Teríamos, num extremo, discursos muito complexos, como o teológico, cuja relação com as condições de produção seria menos estreita e, no outro, discursos muito difusos em que a relação com as condições de produção seria imediata demais, mais estreita, como o discurso cotidiano.

Esses são alguns dentre os muitos conceitos que constituem o corpo teórico da Análise de Discurso, em relação à noção de contexto.

Assim, agora voltando a atenção para o *mito*, a primeira questão que colocaríamos seria: o que é *contexto-de-situação* em relação ao mito?

Essa é uma questão fundamental se se quer trabalhar com o mito do ponto de vista do discurso.

Decorrente desta questão, colocaríamos outra que também se impõe: qual é a relação entre o contexto imediato e o contexto histórico-social cultural, quando se trata do mito?

Sabemos que não há uma divisão estanque entre as espécies de contexto, mas devemos, então, determinar qual é a natureza, qual é a forma dessa relação em vista da função do mito.

Na situação de contato com o branco, o contexto imediato em que se faz (se diz) o mito pode sofrer um deslocamento em relação às situa-

ções canônicas de seu uso. Até que ponto isso pode afetar a situação mais ampla, histórico-cultural do mito?

O fato de se usar, na situação imediata (o contato com o branco), o mito para uma finalidade "x", diferente daquela estabelecida pelo seu contexto cultural mais amplo, é capaz de redefinir sua função? Ou mantém sua função própria do contexto mais amplo, modulando apenas seu uso mais imediato?

A nossa hipótese é a de que o que define o mito é seu contexto cultural (o mais amplo, portanto). Mas acreditamos também que, historicamente, os deslocamentos (da situação imediata, de contato com o branco) podem deslocar a sua função, uma vez que essas situações é que acabarão por representar o contexto cultural mais amplo³.

Essas questões — que manteremos como questões — levam a uma outra espécie de questionamento: a que incide sobre as distinções entre teoria/prática e função/funcionamento, na ciência.

Para a lingüística, em geral, a distinção entre teoria e prática — o gramático e o falante — já é um adquirido.

Por outro lado, e correlatamente, segundo Pêcheux (1969), o deslocamento da noção de função para a de *funcionamento* é condição para a constituição de qualquer ciência que trata do signo.

Embora essa passagem tenha suas dificuldades, pode-se dizer que, em Análise de Discurso, isso se dá, ou seja, os textos podem ser "concebidos como um funcionamento, mas com a condição de se acrescentar imediatamente que esse funcionamento não é integralmente lingüístico". E não é integralmente lingüístico, porque precisa ser referido à sua exterioridade (seu contexto).

No caso da nossa formação social, a existência de *instituições* a que se podem referir os textos — exemplo: discurso jurídico, pedagógico, religioso etc — é um parâmetro segundo o qual se delimitam os discursos.

No caso do mito, segundo Pêcheux (1969), a coisa se complica: "em face do mito, o analista não dispõe de uma norma que permita definir o que pertence ou não ao *corpus*".

Paralelamente, citando Lévi-Strauss, Pêcheux mostra que não há separação nítida entre o produtor do mito e seu analista, isto é, entre teoria e prática, o que quer dizer que o funcionamento do texto mítico avizinha ainda sua função. Ou, como diz Lévi-Strauss (1964, p. 13): "... l'unité du mythe n'est jamais que tendancielle et projective, elle ne reflète jamais un état ou un moment du mythe. Comme les rites, les mythes sont interminables. Et, en voulant imiter le mouvement spontané

de la pensée mythique, notre entreprise, elle aussi trop brève et trop longue, a dû se plier à ses exigences et respecter son rythme. Ainsi le livre sur les mythes est-il, à sa façon, un mythe”.

A incompletude, a interminabilidade, a indeterminação já é algo incorporado à própria teoria do discurso. Com isso não queremos dizer que a ciência deu conta da indeterminação, mas sim que já *reconheceu* a existência da indeterminação. E aprendeu a lidar com ela.

Nessa direção, a análise da linguagem, em geral, tem contado com conceitos como os de implícito, de processo discursivo, de intertextualidade etc.

É ainda nessa direção que tenho distinguido *produtividade* e *criatividade*.

Na produtividade, o que há é reprodução, isto é, há a reiteração de processos de tal forma que obtemos sempre novas unidades que representam um retorno constante ao *mesmo* espaço de produção.

Na criatividade temos o *diferente*. É o rompimento com o processo de reprodução e a instalação do *novo*.

Em termos de linguagem, a produtividade e a criatividade têm seus correspondentes em dois processos que considero como os fundamentos do dizer: a paráfrase (produtividade) e a polissemia (a criatividade).

Esses dois processos convivem em constante tensão, e toda manifestação de linguagem tende para um ou outro processo, ou para o equilíbrio entre ambos.

Essa dinâmica de processos está presente na constituição dos *tipos* de discurso. A questão seria, então, no tipo de discurso que se pode considerar o mito, como atuam esses processos, o da paráfrase e o da polissemia, o da produtividade e o da criatividade.

Não foi minha intenção, através dessas considerações, concluir ou mesmo responder indagações acerca do estudo do mito. Foi, antes, colocar algumas noções que podem encaminhar questões significativas para o estudo do mito, na perspectiva da Análise de Discurso. Por isso, gostaria de recolocar as questões que atravessam essas considerações:

1. Como definir a noção de contexto para o mito, ou, dito de outra forma, o que constitui as condições de produção do mito?
2. Qual é a relação entre contexto no sentido estrito e contexto no sentido amplo para o mito?
3. Como se dá essa relação — entre contexto de situação imediata e contexto cultural — historicamente, em relação ao mito?

4. Qual é o papel da paráfrase (produtividade) e da polissemia (criatividade) para o mito?

5. Qual é a relação entre as diferentes espécies de contexto e a *função* do mito?

6. Como se deslocar da noção de função para a de funcionamento em relação ao mito, uma vez que, no caso, não é possível ter o conceito de *instituição* como norma, como referência para a regularidade. Haveria, para o mito, um conceito correspondente?

Todas essas questões são feitas, evidentemente, tendo em vista o contexto específico de estudo que é o da *situação de contato* entre o índio e o "branco".

NOTAS

(1) — Esse conceito, na Análise de Discurso, tem seus preliminares em vários autores e, de forma incisiva, tem muito a ver com as colocações de Malinowski.

(2) — Eu mesma criei uma tipologia na qual distingo discurso polêmico, discurso lúdico, discurso autoritário.

(3) — Há aí um problema com a memória cultural que deve ser pensada com cuidado.

BIBLIOGRAFIA

CLASTRES, P. — *A Sociedade contra o Estado*, Francisco Alves, Rio, 1978.

LÉVI-STRAUSS — *Le cru et le cuit*, Paris, Plon, 1964.

HAROCHE, Cl., P. HENRY, M. PÊCHEUX — "La Sémantique et la Coupure Saussurienne: Langue, Langage, Discours", *Langages* 24, Larousse, Paris, 1971.

MAINGUENAU, D. — *Initiation aux Méthodes de l'Analyse du Discours*, Hachette, Paris, 1976.

PÊCHEUX, M. — *L'Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod, 1969.

PÊCHEUX, M., FUNCHS, "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse Automatique du Discours", *Langages* 37, 1975, Paris.